

A SIMBOLIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DE MIGRAÇÃO

*Taeco Toma Carignato **

As implicações psicológicas da migração são inúmeras, muito marcantes e vêm obrigando os psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e outros profissionais do setor a rever suas atuações. A história, a cultura, a política, enfim, as condições sociais e econômicas, estão cada vez mais presentes na pauta das chamadas áreas “psi”, pois o mundo interior do sujeito humano – não apenas do sujeito migrante – é constituído pelas suas relações com o mundo exterior, ou seja, pelas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Mesmo o conceito psicanalítico de inconsciente, visto até a poucas décadas como entidade autônoma e a-histórica no sujeito humano, ganha novas dimensões nas reflexões dos psicanalistas inseridos na dimensão política – na verdade, todos estão inseridos mas nem todos aceitam essa realidade – da condição humana. E é com esta posição, a de que o inconsciente é social, que vou tratar, neste artigo, das incidências psíquicas da migração no sujeito migrante.

Uma das primeiras questões que aparecem quando abordamos os problemas decorrentes da migração é o sentimento de desamparo – muitas

vezes não reconhecido e não aceito – que o migrante experimenta em seu processo de mudança de país, de língua, de cultura, ou mesmo de uma região à outra no mesmo país. Esse sentimento é provocado pelas rupturas afetivas, sociais e culturais que envolvem o migrante, mesmo que ele faça questão das rupturas, partindo, em sua ilusão, na busca de um “novo mundo” que lhe parece promissor, acolhedor, ou mesmo, desafiador. A atração pelo “novo” e as “novidades” que ele passa a ter em sua “nova” existência podem fazer com que ele ignore e renegue as perdas. Pois o migrante perde principalmente o lugar na constelação familiar, social e cultural que ocupava antes de partir, lugar que nunca mais vai reencontrar mesmo que retorne à terra de origem.

Daí a necessidade de elaborar as perdas, ou seja, como dizemos no jargão psicanalítico, de “fazer o luto”. Esse processo é muito dolorido, mesmo para os migrantes que decidem pela fixação no novo lugar, reconhecem e até insistem no rompimento com o passado. Puro engano. Se o passado é esquecido em nome do “novo mundo”, se é renegado sem a elaboração do luto, por mais maravilhosa que seja a vida na nova sociedade, as experiências

traumáticas de separação e das perdas podem reaparecer quando o sujeito se depara com os impasses psíquicos ou de outra natureza, tais como os conflitos culturais e as crises econômicas. Reaparecem por meio de manifestações psíquicas (idéias ou imagens) que lhes parecem sem sentido, às quais procuram dar significados nem sempre condizentes, tais como os persecutórios. Ou o sujeito é tomado pela tristeza e depressão que parecem bem justificadas pelos impasses que vivencia, as quais, porém, têm origens e significações diversas.

Isso acontece porque o sujeito humano é a própria contradição. Se parte em busca de uma nova vida, uma nova cultura, um novo país e mostra-se disposto a enfrentar as rupturas, prende-se ao mesmo tempo ao passado que é por ele imobilizado no tempo e no espaço. Ao contrário, se se fecha no passado, na própria cultura imaginada do passado – levado talvez pela necessidade de sobrevivência psíquica em um “mundo de desamparados” – é constantemente atravessado pelas mudanças, pelas gerações que produz em sua própria mudança de espaço, de território, de cidades, de bairros, enfim, de lugar. O migrante é esse sujeito dividido, contraditório, que desejou

emigrar mas renega esse desejo, que sabe as razões dos seus deslocamentos mas se recusa a se apropriar do próprio saber.

O EU E O OUTRO

Outro mecanismo psíquico que se manifesta nos processos migratórios é o estranhamento. O sujeito estranha o mundo exterior, estranha o mundo interior e sente-se estranho a si mesmo. Freud (1919) mostrou como acontece esse estranhamento de si. Sendo também um migrante¹, mostrou como todos nós convivemos internamente com um duplo do nosso “eu” singular. Certa ocasião, viajando de trem, teve uma profunda experiência de angústia ao se deparar repentinamente com a própria imagem em espelho. Num movimento brusco do trem a porta da cabine em que viajava se abriu e Freud viu-se refletido no espelho e não se reconheceu nessa imagem, no seu duplo, o que o fez experimentar um profundo sentimento de estranhamento de si.

O duplo internalizado, o outro de si mesmo, é constituído na tenra infância (dos seis aos 18 meses) quando ocorre a constituição do “eu” do sujeito por meio da identificação e incorporação da imagem materna (Lacan, 1949). Nesse processo, a imagem materna que caracteriza o semelhante é incorporada como uma alteridade que convive dentro do sujeito, acoplando ao “eu”, estabelecendo-se internamente a dialética entre o “eu” e o “outro”. Ressalta-se aqui na conjunção “e” – podemos pensar também, no plano social, em “nós” e os “outros” – que marca a inclusão sem eliminar as diferenças e as possíveis rivalidades que caracterizam as relações humanas.

Trata-se de um mecanismo comum para todas as pessoas. A dialética entre o “eu e o outro”, contudo, pode-se transformar na exclusão – “eu ou o outro” – quando o sujeito passa por

acontecimentos que estão além do universo de sentido de que ele dispõe, como acontece, por exemplo, com um imigrante que não pode se comunicar por desconhecer a língua (e a linguagem) do país onde reside. Então o seu duplo internalizado é desintegrado de si, estabelecendo-se a relação concorrencial entre o “eu” e o “outro” que pode levar à exclusão do “outro” do seu mundo interior. Então o “outro” pode ganhar existência própria e autonomia, não sendo mais reconhecido como parte de si. É o que acontece nos delírios e alucinações, cujas idéias e imagens adquirem autonomia e podem ser investidos por sentidos diversos, inclusive os de grandeza e/ou perseguição.

Isso não significa que o sujeito necessariamente seja megalomaniaco ou paranóico. Claro, pode haver entre os sujeitos migrantes aqueles que são portadores de uma determinada estrutura psíquica, que o jargão “psi” chama de psicose. Mas na maior parte, essas manifestações psíquicas são derivadas de um profundo sentimento de desamparo, do profundo sentimento de “pequenez” em que o sujeito, particularmente, o sujeito migrante se encontra.

Deslocado do seu lugar de origem, deslocado de sua cultura, de sua língua, de seus familiares, de seus amigos, ele pode tender a se sentir o “único” no mundo (daí a sua idéia de grandeza) ou “precisa” ser perseguido para sentir a própria existência. Se os outros me admiram, se os outros me amam, é porque existo. Se os outros falam mal de mim, se os outros me perseguem, é porque eu os incomodo e, portanto, existo. As idéias de grandeza ou de perseguição são, então, defesa contra a constatação do “nada”, contra a constatação da sensação de não-existência como sujeito.

Essas manifestações psíquicas que os profissionais “psi” chamam de “sintomas” não acontecem apenas com

os imigrantes ou migrantes. Na verdade o que, pela primeira vez, chamou a minha atenção para a questão dos “sintomas da migração” foram as notícias sobre o suicídio de jovens guaranis, no então Estado de Mato Grosso. Minha associação dessa tragédia com a questão dos migrantes foi reforçada pelos comentários do antropólogo Paulo Mário Augusto Isaac² que estuda a cultura terena em Rondonópolis, Mato Grosso. Ele observou a semelhança entre as experiências de sofrimento e de desenraizamento que se verificam entre os indígenas brasileiros e os chamados *dekasseguis*³ (emigrantes brasileiros que trabalham no Japão).

A idéia que me ocorreu foi a de que, em contato com culturas muito diferentes, verificam-se no sujeito indígena ou migrante a fragmentação e as perdas culturais, causando grande prejuízo nas referências simbólicas, o que o leva à profunda sensação de desamparo psíquico. Antes de prosseguir na explanação das conseqüências dessa exposição à fragmentação cultural e à perda de referências simbólicas, gostaria de fazer uma ressalva: o contato cultural não é necessariamente traumático ou nocivo. A característica da cultura é a sua plasticidade e flexibilidade e no contato entre culturas sempre ocorrem intercâmbios e transformações, mesmo nas que se propõem a ser dominantes. Não sou adepta ao conceito de “choque cultural”.

O choque cultural acontece quando o sujeito da cultura se torna xenófobo e racista, excluindo o diferente. Por mais diferentes que sejam as culturas em contato, o intercâmbio se produz e pode se desenvolver sem conflitos se os sujeitos dessas culturas assim o desejarem, ou mesmo, apesar da recusa dos xenófobos. Também considero negativa a posição oposta à xenofobia, a assimilação com apagamento das diferenças culturais. No limite não há

oposição entre xenofobia e assimilação, pois o sujeito xenófobo, quando não tem meios de expulsar o outro diferente ou precisa dele para suprir suas necessidades materiais – constrói uma política de assimilação, eliminando as diferenças culturais, mantendo porém a desigualdade política e social.

Um exemplo dessa política foi dada pelo Japão durante as décadas de 1960 e 70. Resquício do feudalismo samurai, a sociedade japonesa segregava a população descendente dos *eta*, pessoas que trabalhavam na matança de animais, curtição de couro – fundamental para a fabricação de armas, armaduras e selas – e também lidavam com os mortos humanos. Constituíam uma população indesejável, embora vital para a casta guerreira que dominava a sociedade nipônica sendo, por isso, por ela protegida. Era colocada fora das próprias castas sociais do Japão feudal. Quando o país ingressou na modernidade, esses “fora-das-castas” foram incluídos na sociedade, porém na camada inferior, passando a ser identificados e discriminados como *burakumin* (moradores da aldeia). Habitavam bairros segregados e evitavam revelar o lugar de moradia no trabalho ou nas escolas.

Nas décadas de 1960 e 70, o governo japonês investiu pesadamente nos bairros discriminados, apagando as diferenças visuais. Os subsídios financeiros, porém, não apagaram o preconceito e a desigualdade social. As grandes corporações nipônicas e mesmo as famílias comuns com filhos em idade para casamento contratavam investigadores para levantar o histórico da ancestralidade dos pretendentes aos empregos e ao matrimônio. As crianças *burakumin* rendiam menos nas escolas e não iam muito longe em seus estudos. Aos trabalhadores *burakumin* eram destinados serviços menos valorizados, como coleta de lixo, tratamento de fossas sépticas e tratamento de resíduos

(Smith, 1997). Paradoxalmente, os *burakumin* passaram a fazer questão de manter a identidade discriminada, pois a segregação passou a ser fonte de subsídios e investimentos públicos.

O preconceito, a segregação e a xenofobia são produtos do próprio medo que o sujeito preconceituoso tem do duplo internalizado e do sentimento de estranheza, contra os quais ele se defende projetando a imagem negativa de si para o outro “igual e diferente”. Como vimos, os *burakumin* eram sujeitos iguais a qualquer japonês comum. Nada os diferenciava a não ser um passado hierarquizado e obscuro. Desta forma, os *burakumin* eram sujeitos obscuros, invisíveis aos japoneses, cuja presença, porém, os incomodava exatamente porque não eram identificados como diferentes. Para se livrar do “outro” interno negativizado, o sujeito projeta-o no outro de fora, o *burakumin*, o imigrante, o *dekassegui* e, de uma forma geral, o estrangeiro.

Do lado do migrante ou estrangeiro, a perda de referentes simbólicos de sua cultura de origem pode trazer implicações psíquicas e sociais marcantes. A defesa contra a angústia gerada pelo desamparo psíquico pode levar à dissociação e separação entre o “eu” e o “outro” internalizados, sendo este projetado ao mundo externo, seja na forma de imagens alucinadas, seja por meio de idéias delirantes. Estes processos psíquicos, porém, embora causem muitos sofrimentos ao próprio sujeito e seus familiares, mesmo que sejam preocupantes quanto à segurança do próprio sujeito, não são negativos.

As manifestações psíquicas alucinadas e delirantes são o meio que o sujeito, abstraído de referências simbólicas que norteiam a sua produção psíquica (pensamentos, investimentos amorosos, vínculos sociais) e a sua conduta social, encontra para reencetar novas produções e referências simbólicas. Elaboradas, essas

manifestações psíquicas permitem-lhe entrar em contato com o que há de estranho e obscuro dentro de si e dar sentidos a conteúdos psíquicos que eram completamente desconhecidos, porém, tais como acontecia com os *burakumin*, o sujeito sabia de sua existência.

A METÁFORA PATERNA

A outra forma de escapar do desamparo é a constituição de laços sociais que nem sempre são socialmente desejáveis. É o que acontece, por exemplo, com adolescentes e jovens brasileiros que emigram ao Japão e são vítimas de maus tratos e agressões nas escolas, abandonando os estudos. Com os pais inteiramente ocupados pelo trabalho, estando eles mesmos mergulhados no próprio desamparo, os jovens brasileiros, não tendo aceitação pelos grupos de japoneses de sua idade, ligam-se entre si formando gangues que provocam as autoridades japonesas. Sem esses laços paralelos e sem uma forma de descarga da energia psíquica acumulada, própria da fase de adolescência e juventude, os jovens brasileiros estariam entregues ao tumulto interno com riscos à despersonalização.

A agressividade e o desafio às autoridades com atos delinquentes servem-lhes de suporte para a aquisição de uma identidade, mesmo a de “marginal”, “desocupado” ou “infrator”. Na maior parte das vezes, o jovem é apanhado na delinquência e encaminhado às instituições correccionais que o enquadram em normas rígidas. Não que as instituições sejam “corretivas” de condutas sociais, mas as normas e as leis da sociedade servem aos jovens para conter o tumulto interno causado pelo excesso de excitações psíquicas desordenadas e liberadas pela ausência de uma metáfora simbólica ordenadora da

organização psíquica e das condutas sociais.

Essa metáfora, nas sociedades modernas, está vinculada à figura paterna e pode ser articulada com qualquer representação que organiza a relação mãe-filho, afastando o risco do apego narcísico que impede a constituição da criança como sujeito desejante. Não é necessário que esta representação fique ligada ao pai da realidade, pois qualquer pessoa a quem a criança dirige o seu afeto, tais como tio, padrinho, professor, sacerdote e outros, pode ocupar essa função paterna. Pode também estar ligada a uma entidade espiritual – Deus – ou abstrata, como religião ou política, desde que funcionem como uma função organizadora da vida psíquica do sujeito.

O que acontece, porém, é que na cultura contemporânea a figura paterna está sendo desvalorizada, pois o pai (da realidade) tem dificuldades para o exercício de sua função e sua presença é obscurecida não somente na realidade concreta como também na realidade psíquica. Com o rebaixamento da função paterna, sobrevém a desorganização psíquica ou a recusa à organização, sendo neste caso, um dos fatores da delinquência. Contudo, os casos de desorganização psíquica e delinquência podem ser situacionais e temporários, como acontecem nas migrações.

Os casos de delinquência também ocorrem quando o acesso ao objeto visado não é organizado pelo simbólico. Ou seja, quando as estruturas sociais de uma sociedade não se fazem representar simbolicamente aos jovens que não têm acesso às instituições simbólicas do país (por exemplo, o sistema escolar) e às representações sociais da cultura que o cerca (por exemplo, o sistema de comunicação de massa, cuja língua e linguagem desconhecem), eles podem buscar o objeto de satisfação (no caso, de

consumo) pela apreensão violenta, ou seja, pelo roubo ou assalto.

Ocorre também que, quando as estruturas sociais não são simbolizadas para os jovens imigrantes, o poder é figurado pela força geralmente encarnada por um policial, militar ou qualquer pessoa com função repressora, o que também pode ser encarnada pelo chefe de quadrilha. Como o pai fica muitas vezes impedido no exercício da função paterna, esta pode ser articulada com o aparato policial, correccional e judicial (ou mesmo criminal). As ações delinquentes e a condenação judicial então podem ter diferentes significações.

Quando se encontram imersos em uma estrutura social que não funciona simbolicamente, os jovens, não encontrando ponto de apoio para as representações simbólicas, podem recorrer ao ato violento para se fazerem representar socialmente. Podem recorrer à identidade do marginal temido para terem uma representação de si em uma sociedade que se recusa a aceitar suas existências. Também é nas estruturas judicial e carcerária, com o corpo fechado entre as grades, que se torna possível a apreensão de si, permitindo ao sujeito entrar em uma ordem estabelecida. Mesmo que seja a ordem prisional. Mesmo que ela seja violenta e extremamente des-subjetivadora como o sistema penitenciário japonês.

Um exemplo da necessidade de enquadramento psíquico pelo aprisionamento do corpo entre grades é o caso de Pérsio, um *dekassegui* brasileiro preso no Japão (Jornal *Notícias do Japão*, 3 a 9 de abril de 1998). Em 19 de outubro, o brasileiro de 25 anos foi preso ao sair gritando de uma residência em chamas, na cidade de Hamamatsu, no Japão. Na casa, foi encontrada uma senhora japonesa de 71 anos, morta por estrangulamento, cujo corpo apresentava queimaduras.

Pérsio foi acusado de ter provocado o incêndio e também por assassinato e consumo de drogas. Seis meses depois, em audiência no Tribunal, o legista informou que a japonesa morrera antes do incêndio por asfixia provocada provavelmente pela pressão de um braço. O acusado admitiu que fora surpreendido pela moradora quando entrou para roubar a casa e a empurrara na tentativa de fuga. Não há, em *Notícias do Japão*, informações sobre a causa do incêndio, mas Pérsio declarou que tentara retirar a mulher da casa em chamas, segurando-a pelo pescoço. Então, é possível que ele tenha matado a mulher, justamente quando tentava salvá-la do incêndio.

Um ano depois, no mesmo Tribunal, em outra audiência, Pérsio mostrou-se bastante agitado. Não quis sentar-se, falou alto sobre Deus e questionou as perguntas da promotoria, recusando-se a respondê-las. Declarou que se encontrava preso e isolado por um ano e só concordou em se sentar com a ordem do juiz. Quando o advogado de defesa perguntou-lhe se aceitava submeter-se a um teste psicológico, o brasileiro respondeu, misturando japonês e português: “Não, *wakaranai, damedayo* [não entendo, não quero!]. Eu só peço para ser julgado. Para que essa análise? Para dizer que sou louco? Psicologicamente estou curado (*Notícias do Japão*, 30 de outubro a 5 de novembro de 1998).

Então, para Pérsio, o julgamento e a prisão significavam “cura” para os excessos de excitações internas que não conseguia dominar. Ou seja, ele precisava ser confinado para poder “confinar” seus tumultos internos desorganizados. Ele se colocava entre as quatro paredes para se fazer administrar jurídica e institucionalmente, já que lhe faltava o ordenamento psíquico investido pela função simbólica que organizaria e direcionaria sua conduta social.

A ESCUTA ANALÍTICA

Devo ressaltar que esse caso não deve reforçar a idéia de que, no caso dos migrantes, a prisão e o confinamento dos infratores sejam soluções para as desorganizações psíquicas e a delinquência. Pelo contrário, as casas correccionais e prisões são estruturadas para a mais completa des-subjetivação, não restando senão a violência como modo de subjetivação para os seus internos. Deve-se, sim, buscar a reestruturação dos espaços simbólicos psíquicos e sociais, rompidos e apagados nos processos de migração. Para isso, é necessário não somente o trabalho dos profissionais dos vários setores de atuação, não somente os da área “psi”, incluindo também pessoas das comunidades específicas e da sociedade em geral.

Mobilizar as comunidades para a busca de soluções, mesmo as mais simples, é uma das tarefas mais difíceis, uma vez que, pelo menos no Brasil, espera-se muito do Estado. Os problemas psíquicos e de delinquência apresentados pelos *dekasseguis* brasileiros no Japão causam perplexidade, vergonha e temor na comunidade nipo-brasileira. Ela ainda se encontra imobilizada diante da gravidade de alguns casos e os nipo-brasileiros tendem a silenciar sobre os delitos, prisões e deportações de brasileiros, mesmo que envolvam seus parentes. Ficam tão desorientados em relação aos transtornos mentais que acabam por optar pelo isolamento. Os “retornados” apresentam profundos sentimentos de fracasso e desvalia o que dificulta a sua reinserção na sociedade brasileira, levando-os a estabelecer como meta o retorno ao Japão.

Dessa forma, os psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e psicoterapeutas devem estar atentos à necessidade de, em trabalho conjunto com outros profissionais, intervir em

dois planos, o psíquico e o social. Para isso, é fundamental que sejam dotados do que é essencial, não somente para os sujeitos migrantes, como para todo sujeito humano que busca ajuda: a “escuta”. Refiro-me à escuta psicanalítica, a escuta com atenção flutuante que apreende na fala do sujeito também aquilo que ele não diz. Esse dispositivo pode ser associado, em outras modalidades psicoterapêuticas, a “acolhimento”, “receptividade”, “esperança”.

Também especificamente ao migrante, é necessário restaurar-lhe a sua historicidade e a de seu grupo social, região ou país. Isso pode ser feito por meio de narrativas ou qualquer outra técnica que lhe possibilite restabelecer a ligação com o mundo exterior, desenvolvendo laços sociais e conexões em novos contextos culturais. Na recuperação do seu passado, de seus traços culturais de origem, fundamental para o migrante que sofre com as constantes rupturas psíquicas e sociais, deve-se tomar o cuidado de não aprisioná-lo ao passado, mas facilitar-lhe a elaboração das experiências do presente, a fim de projetá-lo também ao futuro.

É também fundamental a ação social na sociedade de acolhimento de forma que os cidadãos do país de imigração também aceitem e se beneficiem com as transformações que as migrações trazem em seu bojo. Não há como negar: as transformações ocorrem nas populações migrantes, nas populações que os recebem, nos pesquisadores que se propõem a estudar seus deslocamentos e nos profissionais que se dedicam ao atendimento dos migrantes.

** Taeco Toma Carignato é psicóloga, psicanalista, pós-doutoranda em Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia/USP; membro do Laboratório Psicanálise e Sociedade e do Grupo de Pesquisa E/ Imigração/USP e do Núcleo de Pesquisa Psicanálise e Sociedade/PUC-SP.*

NOTAS

- 1- Nascido em Freiberg, Morávia, Freud emigrou para Viena quando tinha quatro anos, passando por cinco lugares de residência e três experiências lingüísticas na infância e, no final da vida, exilou-se na Inglaterra por causa da ascensão do nazismo.
- 2- Paulo Mário Augusto Isaac é professor da Universidade Federal de Mato Grosso e realizou pesquisa sobre a etnologia brasileira na PUC-SP.
- 3- A palavra *dekassegui*, de origem japonesa, era atribuída aos camponeses que deixavam as suas terras durante os meses de inverno rigoroso para trabalhar nas cidades e retornavam na primavera para cuidar de suas plantações. Considerada pejorativa na linguagem nipônica, foi ganhando sentido positivo entre os nipo-brasileiros como trabalhadores dedicados e eficientes que enfrentam as mazelas da migração em uma sociedade xenófoba que nega o reconhecimento como iguais, apesar da ascendência nipônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARIGNATO, Taeco Toma
(2000) *Passagem para o desconhecido. Um estudo psicanalítico sobre as migrações entre Brasil e Japão*. São Paulo: Via Lettera.
- FREUD, Sigmund
(1919) *O Estranho*. Obras Completas, v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KOLTAI, Caterina
(2002) “Curso e percurso do estrangeiro”. In: Carignato, T.T., Rosa, M.D e Pacheco Filho, R.A., *Psicanálise, cultura e migração*. São Paulo: YM Editora.
- LACAN, Jacques
(1949) “O estádio de espelho como formador do eu tal como nos é revelado na experiência psicanalítica”. Comunicação feita ao XVI Congresso Internacional de Psicanálise. Zurique, 17 de julho de 1949. In: *Escritos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MELMAN, Charles
(1995) *Imigrantes. Incidências psíquicas na mudança de língua e de cultura*. São Paulo: Pulsional.
- SMITH, P.
(1997) *Japan, a Reinterpretation*. N. York, Vintage Books.